



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

**Ata da 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de
Florestas Públicas**

Às 09h00, do dia 12 de maio de 2016, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, depois de constatado o quórum, deu-se início à 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Raimundo Deusdará Filho, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro/MMA, Presidente Substituto da Comissão.

Estiveram presentes os membros: Raimundo Deusdará Filho (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Sidney Almeida Filgueira de Medeiro (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA), Capitão-de-Mar-e-Guerra Rogerio de Oliveira Gonçalves (Ministério da Defesa – MD), André Marques de Almeida Pessoa (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA), Gustavo Henrique Araruna Pessoa (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC), Raquel de Oliveira Alves (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Andre Socrates de Almeida Teixeira (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama), Carlos Alberto Ramos Ansarah (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), Marcus Vinício Neves d'Oliveira (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária– Embrapa), Leônidas Dahás Jorge de Souza (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Evandro Jose Mahibauer (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Eliziário Noé Boeira Toledo (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG), Carlos Adolfo Bantel (Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF), Maria Jocicleide Lima de Aguiar (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - FBOMS), Antonio Ademir Stroski (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA).

Também estiveram presentes os seguintes representantes do Serviço Florestal Brasileiro – SFB: Marcus Vinicius da Silva Alves, Joberto Veloso Freitas, Carlos Eduardo Portella Sturn, Marcos Bauch, Henrique Dolabella, Claudia Maria Mello Rosa, Humberto Navarro, Angelo Ramalho, além de: Mário Cardoso (Confederação Nacional da Indústria – CNI).

O SR. ANGELO RAMALHO (Chefe de Gabinete/SFB) – Cumprimenta todos e confirma o quórum. Informa que o Diretor Geral solicitou inversão de pauta em razão de convocação pelo gabinete do Ministro de Estado do Meio Ambiente. Solicita que o Diretor Marcus Vinicius da Silva Alves assuma temporariamente a condução dos trabalhos, sendo o pedido de inversão de pauta justificado para as questões que necessitam de deliberação do colegiado.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB) – Conforme sugestão e solicitação apresentada pelo Sr. Ângelo Ramalho, chefe de gabinete do Diretor Geral, dá início aos trabalhos pelos informes. Fala que há dois informes, um do cadastro nacional de florestas públicas, e outro, da situação das concessões florestais. Deixa em aberto a apresentação de sugestões ou correções em relação a ata da última reunião. Solicita, em seguida, a apresentação do 1º Informe pelo Dr. Humberto Navarro de Mesquita Junior.

O SR. HUMBERTO NAVARRO DE MESQUITA JÚNIOR (Gerente do Cadastro Nacional de Florestas Públicas/SFB) – Realiza a apresentação do informe sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB) – Agradece pela apresentação do informe e pergunta se há questionamentos ou esclarecimentos em relação ao tema. Como não houve nenhuma manifestação passou ao próximo informe, solicitando que o senhor Henrique Dolabella apresentasse a situação das concessões florestais.

O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) – Realiza a apresentação do informe sobre a situação atual das Concessões Florestais.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB) – Agradece a apresentação do Sr. Henrique. Fala que o informe é muito interessante em relação a situação atual das concessões, e que atende as demandas que foram colocadas na última reunião da CGFLOP, sobre questões ou pontos específicos relacionados às concessões.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Fala que recentemente esteve em visita a Jacundá, e ficou impressionado, entre outras coisas, com a parcela permanente que instalaram lá. Diz que as parcelas permanentes, têm estigma na Amazônia onde é muito caro, e muito difícil se instalar e medir as parcelas de forma consistente, e depois analisar esses dados. Fala que não entendeu direito como é que vai funcionar o que chamou de regra e monitoramento de dinâmica. Sugere que pela alta capacidade de penetração e de multiplicação de resultados que as concessões têm que mantivessem a primeira forma de tratar das parcelas, que era de colocá-las como um indicador de classificação para as concessões.

O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) – Diz que as parcelas permanentes continuam, não é porque não há menção explícita no contrato a elas, que não estão sendo implementadas. Fala que todos os concessionários, desde que essa alteração de redação foi implantada, estão implantando parcelas permanentes e seguindo os mesmos parâmetros para a sua implantação. A questão sobre continuar sendo o indicador participatório, observa-se que quanto mais simples o processo licitatório, mais se consegue incentivar a concorrência e o parâmetro ambiental que tem sido escolhido. Fala que o Norte tem sido colocar um indicador por critério exposto na lei e então colocar a questão da licitação como parâmetro o que não prejudica a implantação de parcelas permanentes porque elas continuam sendo um dispositivo contratual. Fala que se oferece um padrão mínimo que deve ser seguido e o que talvez possa fazer também é estudar a implementação de um indicador bonificador para a questão das parcelas permanentes.

A SRA. MARIA JOCI AGUIAR (FBOMS) – Pergunta na questão do indicador social, quais são, como que é avaliado ou acompanhado, se o Município está seguindo o que é determinado e se esses benefícios chegam até a comunidade. Diz que a FBOMS recebe algumas reclamações de comunidades, de que o recurso das concessões não chega até eles. Pergunta quais são os mecanismos que pode ter para saber se está ou não na concessão. Questiona se os números apresentados são referentes aos empregos gerados pelo volume de recursos e de florestas, e de áreas disponibilizadas, se são empregos diretos. Fala que considera um número baixo para um volume muito grande de investimentos e um impacto tão grande dentro da natureza. Questiona sobre o manejo florestal comunitário que não viu.

O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) – Fala que primeiramente, o Conselho, se tem um Conselho Municipal de Meio Ambiente, precisa divulgar, realizar uma audiência pública para tratar da locação dos recursos, precisa comprovar

que a audiência está será bem divulgada, comprovar a participação social. Diz que aplicar o recurso também é uma tarefa de gestão complicada, porque tem como pré-requisito vários instrumentos de gestão que nem todos os Municípios dominam e aplicam de forma rotineira, e essa é uma forma pela qual as concessões melhoram a forma do Município, melhoram as instituições de governança que os incentiva a instituir as instâncias participativas, e deliberar sobre a explicação de recurso de forma aberta, transparente e participativa. Diz que nem todos os Municípios dominam a tecnologia e que é um trabalho de aprendizado, é um trabalho de tentativa e erro. Fala que por isso que o Município de Oriximiná é o único que já recebeu o recurso da concessão, e também foi o único que a aprovar a aplicação desse recurso em prol de comunidades tradicionais, comunidades locais. Ressalta que para garantir que o recurso efetivamente vai atingir as comunidades locais se condiciona a transferência posterior dos recursos a aprovação da prestação de contas, da aplicação de recursos no exercício anterior. Dessa forma, quem faz a aprovação é o Conselho Municipal de Meio Ambiente que também é uma instância participativa. Dessa forma, se consegue incentivar que os Municípios, o executivo efetivamente gaste o recurso da forma como havia sido acordada com a sociedade. Fala que quanto aos empregos, a realidade do mercado das concessões é essa, se tem uma estimativa de qual que é a quantidade de empregos que são gerados por unidade, ou unidade produzida, e conforme a quantidade de produção, essa quantidade de empregos que os concessionários estão girando. Diz que tem que deixar que as forças de mercado atuem para maximizar as chances de os concessionários serem bem-sucedidos. Certamente, conforme a produção for aumentando, conforme a área concedida aumentar, a produção e a agregação de valor nas próprias localidades forem se intensificando, se deve observar um crescimento grande no nível de empregos. Fala que quanto ao manejo florestal comunitário é outra agenda, é reivindicação já antiga, principalmente do movimento social de que essa agenda, ela não tem estado tão presente na agenda diária do Serviço Florestal. Mas isso não é só uma particularidade do Serviço Florestal, é uma questão na verdade as agências públicas, manejo florestal comunitário perdeu um pouco de vigor dentro da agenda florestal pública. Diz que o Diretor de Fomento e Inclusão – Carlos Eduardo Sturm, responsável pela a área de manejo florestal comunitário, vai poder explicar isso melhor. Fala que o SFB tem usado muito o mecanismo do FNDF para atender, para atingir ou para alcançar principalmente os grupos sociais que trabalham a questão do manejo florestal comunitário.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB) – Fala que o Manejo Comunitário faz parte de outra agenda, uma agenda importante e que poderá ser tratado mais à frente na reunião com o Diretor de Fomento e Inclusão o Sr. Carlos Eduardo Sturm.

O SR. ANTONIO ADEMIR STROSKI (ABEMA) – Diz que a Sra. Joice já levantou a questão, porque para nós, particularmente no Amazonas, a questão do manejo florestal comunitário não só tem um volume de movimentação financeira de economia, mas tem um significado social muito importante, e estamos fazendo uma proposição dentro do conjunto de concessão florestal, uma revisão da lei, que contemple a questão dessa atividade, e até verificando o problema inclusive do transporte, porque o sistema do jeito que está colocado, com a certificação digital para aquela imensidão, aquela distância, para aquelas comunidades fica complicado fazer com que as coisas se materializem e o processo prossiga. Diz que não viu a apresentação da volumetria, que é uma coisa importante para a questão social e pergunta qual é o significado da volumetria no conjunto, por exemplo, de determinados Estados do Pará.

O SR. HENRIQUE DOLABELA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) – Pergunta se é uma participação da produção proveniente das concessões no total.

O SR. ANTONIO ADEMIR STROSKI (ABEMA) – Fala que é no total.

O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) – Diz que não tem esse dado segregado por Estado, que só tem o dado para o Brasil. Diz que as produções do ano passado foram aproximadamente de 1% da produção total e estão concentradas em Rondônia.

A SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES (MPOG) – Pergunta se apresentou alguns números de arrecadação que estão diferentes do que está no PAOF. Diz que no gráfico, a planilha apresentada de arrecadação é do ano passado. Fala que o total é 27 e o que está apresentado e no PAOF está 31.

O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) – Fala que a diferença é por conta do regime de arrecadação. Diz que o apresentado é o valor acumulado, e nas barras é o valor ano a ano.

O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (SBPC) – Cumprimenta todos e pede para colocar o slide sobre volumetria. Fala que há a relação volume transportado com um valor arrecadado. Na mesma tabela, é possível fazer arrecadação em relação a área ocorrida, para se poder fazer uma comparação entre volumes colhidos e transportados com a área que abrangeu essa colheita. Se pode também correlacionar o valor médio em cada área dessas em relação a área, questiona qual foi a receita por área. Fala que com os dados pode-se fazer mais projeções para a frente e saber se estamos trabalhando com perspectivas boas, em termos de área disponível e qual é a perspectiva de receita, e também em termos de a volumetria com a área vai poder comparar se está de acordo com os planos de manejo em termos de quantos metros estão saindo por hectare, se está de acordo com o plano, se está acima do plano, se está abaixo do plano, para poder com o tempo, fazer correções e projeções. Entende que as perspectivas de projeções são muito importantes em cima daquilo que já se realizou.

O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) – Diz que providenciará os indicadores de forma que na próxima reunião da CGFLOP a gente consiga apresentar um rol de indicadores muito mais completo para a análise mais aprofundada.

O SR. LEÔNIDAS DAHÁS JORGE DE SOUZA (CNI) – Só complementando a resposta do Sr. Henrique para a questão dos empregos gerados, que tem sempre que pensar que os números que o Serviço Florestal está apresentando, são os que contam para o indicador e geração de emprego. Então é sempre nas cidades próximas a exploração, contando a extração e a cerraria. Fala que dando o exemplo, das UMF's que vão abastecer a fábrica da IBAP em Belém, a fábrica gera 150 empregos que só vão se manter porque a IBAP tem as duas UMFS. Então não são empregos indiretos, na verdade iria dobrar só no caso da IBAP, então tem todas os empregos que as UMF's fornecem madeira cerrada, então não é só esses empregos, fala que poderia adicionar a próxima tabela na questão dos empregos gerados para abastecer, porque a madeira cerrada, ela é usada para algo, para móvel, para piso, para dec. Então isso é interessante para adicionar também.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB) – Diz que acha interessante, mas esse não é o dado que se busca, o dado que se busca é aquele com vinculação direta ao contrato assinado. Então, porque mesmo sendo uma empresa também de um concessionário ela não está vinculada a concessão. Ela funciona como um emprego indireto. Como por exemplo, todas madeiras, ou todos os produtos que são fornecidos por empresas concessionárias para terceiros, obviamente que contribui para a geração de emprego, mas não é emprego direto. Emprego direto é aquele vinculado ao contrato de concessão. Fala que o que tem que ficar claro é que uma coisa são os empregos gerados no âmbito do contrato de concessão, tanto que eles se constituem em uma obrigação e são monitorados, daqueles que são gerados indiretamente

por várias as razões e motivos, sejam eles por empresas do grupo, mas que não estão vinculadas diretamente a concessão, seja por outras empresas e negócios que não estão vinculadas diretamente a concessão, acho que esse é um número que valoriza a política pública, mas é importante sempre manter a distinção do que é diretamente gerado e vinculado aos contratos do que é indireto. Agradece e propõe aos membros a antecipação da apresentação do sistema de cadastro ambiental rural que não tem caráter deliberativo.

1º TEMA DE PAUTA: BALANÇOS DO SISTEMA DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL – SICAR.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM (Diretor/SFB) – Realiza a apresentação sobre o Balanço do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SiCAR.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB) – Agradece a apresentação e passa aos questionamentos.

O SR. ANTONIO ADEMIR STROSKI (ABEMA) – Fala do desempenho do CAR no Mato Grosso, e a gente tem que considerar necessariamente que o perfil do Estado, da atividade agrícola, que é intensa a questão do agronegócio, para os proprietários, para os ocupantes a necessidade do CAR, porque trabalham intensamente com crédito rural na safra, na comercialização. Então, o que é um cenário bem diferente do Estado que represento, que é o Amazonas, porque tem um perfil de mais de 90% de agricultura familiar. A motivação, não é público que usa crédito rural, a motivação para fazer adesão em um cenário de *internet* completamente adverso. Então tem a negociação com área técnica do BDES da aprovação do projeto para poder implementar o CAR na região. Diz que a área de CAR inscrita no sistema, está dando mais de 100% e do BDES questiona como é que você vem pedir dinheiro, se no sistema CAR diz que o Amazonas já fez mais de 100% da área no sistema. Como o sistema tem um erro solicita ao Sr. Carlos Eduardo, diretor do SFB, uma declaração dizendo que há um erro.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM (Diretor/SFB) – Fala que o SFB já recebeu o Amazonas, o Acre, Roraima, Amapá, Maranhão, que estão com as suas áreas acima de 100%. Diz que o que tem tratado com o BDES é que está se verificando que esse não é o indicador confiável que se está medindo área de projeto cadastrada e existem outros indicadores, que se pode trabalhar, conseguimos tirar conta de cadastro por hora, conta qual é a área por hora, então, quantos cadastros por mês, qual é a área por mês, quanto que está entrando e quem está fazendo. Fala que por outro lado também estão conversando com o IBGE para um encontro no próximo junho para já trazer uma proposta formal dos Estados para a questão da área cadastrada com relação ao IBGE.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D'OLIVEIRA (EMBRAPA) – Fala que mencionou uma base de imagens muito grandes, questiona se esse banco de dados é acessível a universidades, instituições de pesquisas e como é que é esse acesso.

O SR. BERNARDO TROVÃO (Analista Ambiental/SFB) – Fala que as imagens classificadas brutas estão disponíveis para todo o poder público, todos os órgãos públicos, instituições de ensino públicas, gratuitamente no *site* do geocatalogos.mma.gov.br. Basta se cadastrar, identificar qual que é a instituição pública que faz parte, que será liberado o acesso, para fazer o *download*. Diz que com relação as imagens classificadas, esse foi um lote recentemente entregue e estão disponibilizadas dentro do módulo de análise. Então, todos os órgãos ambientais que optarem por utilizar o módulo de análise desenvolvido no âmbito do SICAR, vão ter as imagens classificadas e automaticamente cruzadas com as informações

declaradas no cadastro online. Explica que a classificação bruta, os arquivos, eles estão sendo entregues em lote e o último foi entregue tem pouco tempo. Então assim, já se identificou que para algumas fisionomias, foi muito interessante o casamento entre o que foi classificado, e o que é visto. Para outras, fisionomias, como por exemplo, na área do semiárido, se viu que a classificação já não foi tão aderente, mas ainda está em processo de avaliação da qualidade da classificação, até para estudar como seria disponibilizado, porque são muitas informações, são muitos dados e ainda se está estudando como é que serão disponibilizados.

O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB) – Pergunta se há alguma outra intervenção. Como não houve questionamentos, agradece a participação de todos e suspende a reunião para o almoço, com retorno às 14h.

Dia: 12/05/2016 – Tarde:

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Cumprimenta todos e pede desculpa pela ausência no período da manhã. Questiona se há alguma manifestação em relação a Ata da 30ª reunião. Em não havendo, fica aprovada a referida ata.

2º TEMA DE PAUTA: 10 ANOS DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO E DA LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) - Realiza a apresentação dos 10 Anos Do Serviço Florestal Brasileiro E Da Lei De Gestão De Florestas Públicas.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Questiona se há alguma consideração e como não há passa para o próximo tema de pauta.

3º TEMA DE PAUTA: PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL - PAOF 2017.

O SR. MARCOS BAUCH (Coordenador da Gerência de Planejamento Florestal do SFB) – Realiza a apresentação sobre o PAOF 2017.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Agradece a apresentação e passa para os questionamentos.

A SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES (MPOG) – Fala que no paof está o volume extraídos por concessionária. Sugere colocar por ano também porque faz uma análise de todas as formas e talvez fosse interessante fazer um gráfico. Outra coisa é que está PPA 2016, 2022, aí é 2016, 2019.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Pergunta se há mais alguma consideração, como não teve, considera atendido o parágrafo 1º do artigo 10 da Lei 11.284/2006, que dispõe sobre a manifestação da CGFLOP com relação ao PAOF e passa para a próxima apresentação.

4º TEMA DE PAUTA: APRESENTAÇÃO DO EDITAL DE CONCESSÃO DO SEGUNDO LOTE DE UMF'S NA FLONA DE CREPORI.

O SR. HENRIQUE DOLABELA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) – Realiza a apresentação do Edital de Concessão do Segundo Lote de UMF's na Flona de Crepori.

O SR. HENRIQUE DOLABELA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) – Responde a um questionamento que foi feito hoje de manhã e diz que foi feito o levantamento rápido da produção total de Pará e Rondônia. Fala que no total, ambos os Estados produziram cerca de 4 milhões de m³ no ano passado, se pegar a participação das concessões, pegar o dado do transportado foi um pouco mais de 80 m³, o que corresponde acerca de 2% da produção total, se pegar o tanto que foi efetivamente colhido no ano passado, 140 mil, isso chega a 3,5% da produção total oriunda dos contratos de construção florestal que tem operação. Fala que a área de operação do ano passado é de cerca de 200 mil hectares, e se espera que esse ano finalize com uma área em produção de 800 mil hectares, isso é então uma perspectiva boa de incremento de produção, de subida da participação também.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Passa para os questionamentos.

O SR. ANTONIO ADEMIR STROSKI (ABEMA) – Diz lembrar quando a lei de concessão começou a tramitação em 2005. Fala que teve a oportunidade de participar de audiência pública no Amazonas promovida pela Comissão do Meio Ambiente na Assembleia Legislativa do Estado e ela tinha uma posição muito insistente do ponto de vista de que a concessão de 40 anos voltasse ao poder concedente depois desse prazo. Pergunta qual é o exemplo mais significativo de frustração de uma execução nesses 10 anos e o motivo.

O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB) – Fala que tinha um concessionário em Jamari que entregou a concessão, fez investimentos muito elevados, o fluxo de receitas dele não fez frente ao fluxo de despesa que ele estava tendo. Então as despesas que tinha junto ao Serviço Florestal não foram cumpridas e por conta disso o SFB teve que executar a garantia, e o concessionário acabou tendo que entregar a concessão por iniciativa própria. Diz que essa foi uma experiência muito ruim, mas também produziu aprendizados muito relevantes.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Pergunta se há mais alguma observação. Agradece a apresentação do Sr. Henrique Dolabella considera a proposta de Edital apreciada e passa para próximo ponto de pauta.

5º TEMA DE PAUTA: RESULTADOS DO IFN DO DISTRITO FERDERAL

A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB) – Realiza a apresentação do Resultados Do Ifn Do Distrito Ferderal.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Pergunta se a parte amarela do mapa vai até a metade, no Sul do Piauí e não chega ao Estado da Bahia.

A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB) – Responde que porque é só no bioma Cerrado.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Questiona se é só Cerrado.

A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB) – Fala que só e o FIP só financia o Cerrado. Diz que o CAR e o FIP serão só no Cerrado.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Pergunta sobre as áreas que não estão cobertas pelo FIP.

A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB) – Fala que essa não tem financiamento, se espera que a união possa financiar. Ressalta que quando chega aos Estados geralmente se coloca recursos também. Então se espera que na Bahia, São Paulo, eles colocarão recursos para se possa fechar as áreas em branco que não tem recurso.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Agradece a apresentação e passa para os questionamentos.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D’OLIVEIRA (EMBRAPA) – Fala que foi apresentado que sobre a disponibilização de dados para a pesquisa e instituições de pesquisa e pergunta de se já tem uma política de uso desses dados e a forma de disponibilização deles.

A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB) – Fala que ainda não se desenhou essa política completamente e que agora que estão começando a se consolidar os bancos.

O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB) – Fala que ainda não definiu a política, mas pretende disponibilizar e desejavelmente, que os dados usados e o SFB ficasse sabendo para agregar resultado no Inventário Florestal Nacional.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D’OLIVEIRA (EMBRAPA) – Pergunta se os dados seriam disponibilizados na forma de meta dados, ou dados brutos.

O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB) – Diz que o banco de dados é bem complexo porque são vários formulários e várias escalas. Diz que em alguns casos ele poderia ser agregado como por exemplo, em vez de ter dados diários, poderia ter dado os resultados por unidade de amostra, ou então quando se pedir um dado, só informa o dado que foi pedido. Fala que hoje está com o banco de dados todo uma coisa só. Ressalta que o certo é desenhar cadeias de variáveis, e se quiser usar os dados só para biomassa, já dá os dados preparados para tudo que tem de biomassa, que seriam as árvores, a necromassa, a madeira e só.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D’OLIVEIRA (EMBRAPA) – Diz que a pergunta é porque tem, não apenas no Acre, nos outros Estados também, construindo mapa de vegetação, focados especialmente na questão de estoques de carbono, e se tem algumas ferramentas, tipo essa CECAL, calculadora de carbono do IPHAN, que precisa de calculação, e nesse caso, os meta dados das parcelas distribuídos, por exemplo, pela Amazônia, seria uma grande ajuda para a calibração dos dados, e também o projeto do IMP, na primeira fase são mais 400 voos sobre a Amazônia, e também precisariam de calibração de campo, e seria muito interessante, se pudesse, de alguma forma fazer coincidir as informações do inventário com as informações do voo.

O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB) – Diz que já conversou com o IMP sobre o assunto em outro encontro.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES D’OLIVEIRA (EMBRAPA) – Fala que haverá outro encontro em breve.

O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB) – Diz que não está sabendo, mas já conversou e já disponibilizou as localizações das parcelas para o IMP informar o que eles precisam.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Pergunta se tem mais alguma informação ou algum esclarecimento. Como não houve passa para um informe adicional em razão da publicação da criação do mosaico de unidades de conservação no Amazonas.

O SR. HUMBERTO NAVARRO DE MESQUITA (Gerente do Cadastro Nacional de Florestas Públicas/SFB) – Informa que hoje foram publicados os dados que mostramos do cadastro, do processo de destinação, e que a já tinha 7 milhões prontos para destinação dentre aquelas áreas de interesse do Ministério do Meio Ambiente. E hoje foram criadas, ou seja, foram destinados mais 2.837.000 hectares de unidades de conservação. Ou seja, daquele conjunto mostrado, aquele verdinho está cada vez mais diminuindo, que são as não destinadas, que passando por esse processo.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Informa que a Floresta Nacional do Araporã tem 751 mil hectares, floresta nacional do UPADI, 577 mil hectares, e um complemento da Floresta Nacional de AMANA em termos de área de uso sustentável, Floresta Nacional, 1.400.000 hectares, foi criado uma APA, um campo de Mairiporã, uma reserva biológica de 349 mil, e o parque nacional da CAE. Fala que está aí recebendo mais um ativo para poder colocar as cidades em regime de concessão. Pergunta se há mais algum questionamento, pede desculpas pelo constrangimento com inversão de pautas, pois estava com o Novo ministro de Estado do Meio Ambiente Sarnei Filho e informa que Sra. Ministra Isabela já se despediu e foi exoneração hoje. Fala que o MMA está em um processo de reformulação e ajuste. Agradece a presença de todos e considera a reunião encerrada.